

**BRAZ DIAS, Juliana & LOBO, Andréa de Souza
(orgs.). 2012. *África em movimento*.
Brasília: ABA. 299 pp.**

Nilton Rodrigues Junior
Faculdade CNEC da Ilha do Governador

Circulação, trânsito, fluxo e mediação são alguns dos conceitos que perpassam pelo livro organizado por Juliana Braz Dias e Andréa de Souza Lobo, da Universidade de Brasília. A obra reúne dezesseis antropólogos e antropólogas, divididos em quatro partes: (i) “Movimento como valor”, (ii) “Fluxos e refluxos”, (iii) “Projetos migratórios, pertencimento e exclusão” e (iv) “Metodologias em trânsito”. Falar que todos os capítulos estão baseados em dados etnográficos parecidos “chover no molhado”, afinal, são experiências etnográficas, sensibilidades de idas e vindas. São antropólogos e antropólogas que circulam. Dois textos abrem a coletânea e dão o timbre do livro. No primeiro, “Sobre fluxos e(m) contextos africanos”, as organizadoras lançam o desafio de construir “novas visões sobre o espaço, o tempo e os processos de classificação” (:10). E com feliz argumentação colocam os textos que seguem em movimento. O segundo, de Wilson Trajano Filho, “A África e o movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos”, apresenta uma reflexão, no mínimo instigante, a respeito dos usos e abusos da ideia de “fluxo”, vocábulo que aciona alguns conceitos: “identidades múltiplas ou situadas, culturas híbridas, fronteiras porosas e flexíveis” (:24). Para o autor, não há uma particularidade nos fluxos da África, que costumam ser abordados sob quatro enganos. Primeiro, considerar a globalização como um rompimento absoluto das territorialidades. Segundo, tratar os fluxos como se só ocorressem unidirecionalmente, da periferia para o centro. Terceiro, enfatizar “a primazia dada aos fluxos intersocietários de larga escala” (:33). Quarto, pressupor uma dissimetria entre a África em movimento e os seus observadores e suas sociedades imóveis.

O capítulo de João Vasconcelos, que abre a parte I — “*Manera, essMuv?: a mobilidade como valor em São Vicente de Cabo Verde*” —, investiga a mobilidade na ilha cabo-verdiana de São Vicente: “um ingrediente central e constante da forma de vida de boa parte da população” (:49). Aponta para a incompletude da pessoa que não passa pela experiência da mobilidade, sendo a emigração a “forma mais aventureira de mobilidade” (:56). Para a maioria dessa população, “estar parado não é bom” (:58).

Andréa de Souza Lobo, em “Vidas em movimento: sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde”, apresenta a mobilidade infantil como elemento estruturante, que coloca o fluxo para além das emigrações e dos deslocamentos entre fronteiras. Tanto nesse capítulo como no anterior, de João Vasconcelos, o argumento é o de que o movimento cabo-verdiano é mais do que uma ação de cruzar fronteiras. Crianças que brincam de passar de uma casa para outra, que levam comida e trazem sentido, esse é o tema do texto, que não nega que a migração seja um fenômeno sociológico importante para entender Cabo Verde, mas afirma que “a organização familiar local é permeada por signos de mobilidade” (:67) — daí a compreensão de que os cabo-verdianos vivem de “malas prontas”.

Juliana Braz Dias, em “Música cabo-verdiana, música do mundo”, expõe de forma magistral de quais maneiras a música, considerada um elemento permeável às fronteiras étnicas, culturais e geográficas, não é aceita de modo inflexível, afirmando que “nem todos os trânsitos sonoros são possíveis, aceitos ou desejados” (:87). A autora apresenta as mornas, ritmo símbolo da nação cabo-verdiana, como a música que mais possibilita as mobilidades, pois mais dialoga com as representações musicais ocidentais. Não pude deixar de pensar no nosso samba ao ler que “o Ocidente cria, portanto, a ideia de ‘música do mundo’, mas o faz reforçando uma visão muito particular sobre o mundo” (:91).

Ramon Sarró e Joana Santos, no capítulo que abre a Parte II — “Gênero, missão e retorno: passado e futuro da Igreja Kimbanguista em Lisboa” —, tratam dos kimbanguistas, um grupo religioso fundado por Simon Kimbangu, do Congo. Trabalhando com uma antropologia do evento, os autores descrevem a “volta” do corpo de Mamá Mwilu, esposa de Simon, para a cidade santa de N’Kamba, sede mundial da igreja. Esse retorno vai ser acionado para explicar os fluxos dos fiéis de Lisboa em direção à África, fluxo esse marcado, cosmologicamente, pelo retorno de todos os africanos da diáspora: “prepara-te para o regresso” constitui um mote da Igreja” (:125).

Milton Guran, no capítulo “O refluxo da diáspora africana em perspectiva: Angola, Benim, Togo, Nigéria, Gana, Libéria e Serra Leoa”, traz uma bela exposição sobre os agudás, os afro-brasileiros que voltaram para a África. Esse retorno enfrentou a incompatibilidade com a terra natal, necessitando da elaboração de memórias feitas de uma bricolagem de culturas.

Em “Uso e abuso do afro do Brasil na África”, Lívio Sansone lembra que esse continente “é uma entidade cujas fronteiras e geografia são tão físicas quanto políticas, românticas e morais” (:151). Partindo dessa premissa, apresenta-nos uma África construída de dentro para fora e de fora para dentro, construção que,

mesmo assentada em projetos antirracistas e identitários, transforma a África em um continente estático, favorecendo as interpretações pré ou antimodernas.

O capítulo que abre a Parte III é de Lorenzo Macagno — “Os ‘chineses’ de Beira, Moçambique: itinerários de uma dispersão”. Em um belo e arrojado texto, o autor apresenta os luso-afro-chineses por meio da descrição do Chee Kung Tong Club, uma associação beneficente criada em 1923 em Beira, Moçambique, para “promover o bem-estar moral e material da comunidade chinesa” (:179). Esse capítulo nos possibilita pensar as relações dos projetos identitários com os projetos de Nação.

Kelly Silva, autora de “Sobre pretéritos e afetos, algumas inquietações e provocações”, dispõe-se a refletir sobre o texto de Lorenzo Macagno nesta coletânea e sobre o filme de Teresa Prata *Terra sonâmbula*, baseado na obra de Mia Couto. Sua leitura utiliza-se da chave dos afetos, não desprezando, entretanto, os aspectos das estruturas de poder. Ao concluir, afirma que “tanto no texto de Lorenzo Macagno como no filme de Teresa Prata os afetos, as emoções são meios de construção de certas ordens e formas de subvertê-las a um só tempo” (:207).

Pilar Uriarte Bálamo, em “Diáspora africana e navios de carga na modernidade: um estudo das migrações irregulares desde a África Ocidental ao Cone Sul”, faz-nos navegar com alguns migrantes clandestinos entre a África Ocidental e o Cone Sul. Para a autora, a clandestinidade, quase sempre feita em navios de carga, atualiza simbolicamente as representações da escravidão africana e da violência da diáspora desse continente. Alguns significantes — viagem, aventura, fuga, luta pela sobrevivência, acidente — são acionados nas representações desse movimento migratório.

O capítulo de Claudia Bongianino, Denise da Costa e Sara Morais, “Para ultrapassar o mar”, abre a Parte IV abordando o mar como lugar de trânsito e de perda, representado nas imagens. As autoras refletem sobre as linguagens cinematográficas surgidas na África pós-colonial. Tratam da relação do cinema e das independências das nações africanas. Para elas, “falar dessas imagens é falar também, e principalmente, de muitas vidas em fluxo” (:243).

Antônio Motta, em “Da África em casa à África fora de casa (notas sobre uma exposição em trânsito)”, trata de uma exposição no Museu da Abolição, no Recife, que juntou afrodescendentes, simpatizantes e africanos e que revelou uma arena de disputa de significados atribuídos à África. Se para os africanos acionar os ideais modernos, globalizantes e cosmopolitas era o principal objetivo, para os afro-brasileiros, era acionar a ideia de sobrevivência de uma africanidade em terras brasileiras. Esse embate revelou uma disputa em torno das representações

da África, que os africanos ambicionam “plural e dinâmica, sincronizada com fluxos culturais globalizados” (:266).

Fechando o livro, João de Pina-Cabral apresenta a obra de Henri-Alexandre Junod em “Um livro de boa-fé? A contraditoriedade do presente na obra de Henri-Alexandre Junod (1898-1927)”. Conforme o autor, “Junod é o pai incontestado da antropologia da África Austral” (:271). Junod escreveu, além de trabalhos etnográficos, alguns romances; é sobre esses textos que Pina-Cabral se debruça. Na obra de Junod, há uma incompatibilidade entre dois mundos: paganismo e civilização, África e Europa, negros e brancos. Sua construção narrativa arrepiamos, pois seu argumento está baseado na ideia de que a civilização, leia-se Europa, não só é superior, mas deve manter-se “pura”, não havendo, portanto, em sua obra, a possibilidade de mistura. Entretanto, Pina-Cabral adverte: “é fácil criticar Junod como preconceituoso, segregacionista, racista até; é menos fácil ver que não nos libertamos ainda dos esquemas conceptuais que moldavam o seu mundo” (:295).

O livro nos coloca em movimento. Fluxos de saberes, fluxos de inquietações, fluxos que nos desalojam e nos confrontam com as ideias e os ideais civilizatórios ocidentais. Cada leitor, estudante, professor e o público em geral encontram no livro uma fonte de conhecimento da África, de seus fluxos; mas encontram também a possibilidade de pensar seus fluxos etnocêntricos, territoriais e simbólicos. Cada autor soube com maestria provocar o leitor a esses movimentos, afinal, “estar parado não é bom”; bom é “estar de malas prontas”.